

ANÁLISE DE INDICADORES ECONÔMICOS PARA O CAFÉ DO ESTADO DE GOIÁS E OPORTUNIDADES PARA SELOS DE QUALIDADE¹

Agda Arêdes²
Sônia Milagres Teixeira³

1 - INTRODUÇÃO

O café é um dos produtos agrícolas mais comercializados no mundo e, no Brasil, tem contribuído para o desenvolvimento econômico e social, com a geração de empregos desde os tempos da colonização. Em 2012, o país obteve produção recorde: 50,83 milhões de sacas de 60 kg, a área nacional plantada correspondeu a 2,33 milhões de hectares, sendo 5,7 bilhões de pés em produção. A cafeicultura gera em torno de 8 milhões de empregos no país, proporcionando às famílias renda e acesso à saúde e à educação (MAPA, 2013; PRESSINOTT, 2012).

O crescimento tanto do mercado interno como externo de cafés especiais, aliado à elevação nos preços do produto, tem feito com que a busca pela certificação e a área plantada, em regiões tradicionalmente produtoras ou não, venham aumentando ao longo dos anos. Segundo reportagem do Globo Rural (2013), o mercado brasileiro de cafés especiais cresce 15% ao ano, enquanto o crescimento de café tradicional é de 3% ao ano. Mais da metade dos cafés especiais são exportados, embora haja um crescimento do produto no mercado interno (NERY, 2007).

Sobre a importância da certificação, Horii, Soratto e Varvakis (2007) afirmam que marcas certificadas promovem agregação de valor, aumentam a competitividade do produto e a qualidade percebida pelos clientes, provendo o consumidor da compra de produtos de qualidade e, ao mesmo tempo, promovendo estratégias de diferenciação. Os processos de certificações apontam para a “rearticulação das relações sociais ao longo do sistema produtivo com a cons-

trução de formas diferentes de organização social” (SOUZA, 2006, p.160).

Além de pouco expressiva no cenário nacional, a cafeicultura goiana, longe de ser considerada tradicional produtora como os Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, vem apresentando grandes avanços em termos de qualidade e produtividade. No estado, a produção tem se caracterizado pela introdução de sistemas de irrigação (gotejamento e aspersão) que têm minimizado os problemas de desuniformidade pluviométrica. A utilização de fatores tecnológicos somada à facilidade de mecanização, à abundância de chuvas no período de enchimento e maturação dos grãos e à baixa umidade relativa do ar no período de colheita têm permitido ao café goiano obter vantagens e diferenciação em relação aos custos de produção e à qualidade (FELIPE, 2003).

Para Felipe (2003), o Estado de Goiás apresenta características de clima e solo semelhantes às da Região Cerrado Mineiro, local conhecido por produzir café de qualidade. A autora confirmou através de estudo científico que o café do Cerrado Goiano tem se caracterizado por ser de qualidade e possuir características próprias de cafés *gourmet* e espresso.

Contudo, de acordo com Felipe (2003) e Milhomem, Teixeira e Milhomem (2001), em Goiás, o Setor Agroindustrial do Café (SAG) tem sofrido com a falta de organização da cadeia produtiva, evidenciando um problema de assimetria de informação. Na maioria das vezes, as indústrias goianas buscam sua matéria-prima em outros Estados, como Minas Gerais, Espírito Santo e São Paulo, tendo despesas maiores com frete e impostos que recaem sobre a matéria-prima, o que acaba aumentando o preço do produto final, diminuindo o retorno financeiro da atividade. Além do aumento nos custos, as indústrias ainda perdem a possibilidade de comprar uma matéria-prima de alto padrão de qualidade, por um preço que pode se tornar atrativo para a indústria em

¹Cadastrado no CCTC, IE-55/2012.

²Administradora, Mestre, Universidade Federal de Goiás (e-mail: agda.aredes@yahoo.com.br).

³Matemático, Doutora, Professora na Universidade Federal de Goiás (e-mail: soniamilagres@agro.ufg.br).

Goiás. Ainda que pequena, a produção cafeeira goiana não é processada ou consumida no estado, ao tempo em que a indústria processadora conta com marcas que exportam café de alto valor agregado, já despertas para a certificação, mas cuja matéria-prima é oriunda do Cerrado Mineiro. Portanto, torna-se necessário buscar alternativas e formas de agregar valor pela rastreabilidade e qualidade constatada no produto.

Sobre a assimetria de informação e consequências na ineficiência do mercado, Conceição e Barros (2005) relatam que, para inibir ações oportunistas dos agentes de mercado, as organizações, assessoradas por instituições de poder e amparadas pelo poder judiciário, podem criar marcas, padrões ou certificados que garantam a qualidade dos produtos, além de legislações mais rigorosas e fiscalizações eficientes que impeçam práticas que favoreçam poucos agentes e que prejudiquem os demais. Para os autores, as informações assimétricas contribuem para a ineficiência do mercado, por isso há necessidade de se criar meios que minimizem seus reflexos na gestão das empresas e na coordenação das cadeias agroindustriais.

Daí a importância das organizações certificadoras, dos mecanismos de rastreabilidade e da legislação de informação e rotulagem (CONCEIÇÃO; BARROS, 2005, p. 22).

No Brasil, o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) é a instituição responsável pelo registro de Indicação Geográfica (IG), conforme estabelece a Lei n. 9.279, de 14/05/1996, e a regulamentação da Resolução INPI n. 25/2013, de produtos e serviços originários de áreas que possuam características naturais de solo e vegetação, clima e forma de cultivo semelhantes, no caso da Denominação de Origem (DO), e reputação, no caso do INPI. A certificação de origem é uma eficiente ferramenta na promoção do produto na medida em que deixa transparecer os padrões mínimos de qualidade do bem ao mercado. Souza (2006, p.162) conclui que:

Os cafés de origem também representam uma reorganização das estruturas tradicionais de mercado [...]. A demarcação territorial redefine direitos de propriedade coletivos, que geram margens que podem ser apropriadas por todos os cafeicultores do local, não importa o tamanho das propriedades, desde que cumpram os pa-

drões de qualidade que são definidos dentro dos territórios.

Segundo Seibel (2006), o selo de qualidade IG é responsável por impulsionar vendas de produtos como: os vinhos Bordeaux e os espumantes Champanhe, na França, o charuto de Cuba, o café da Etiópia, o bacalhau da Noruega, o café da Colômbia na América Latina, o café de Antigua na Guatemala e o café da Costa Rica. No Brasil, 37 produtos são reconhecidos por IG, sendo 30 por Indicação de Procedência (IP) e sete por Denominação de Origem (DO), entre eles estão: a cachaça de Parati, Estado do Rio de Janeiro, o café verde da Região do Cerrado Mineiro, Estado de Minas Gerais, o vinho do Vale dos Vinhedos, Estado do Rio Grande do Sul, a uva de mesa e a manga do Vale do Submédio do São Francisco, Estados de Pernambuco e da Bahia, e a carne e derivados do Pampa Gaúcho da Campanha Meridional, Estado do Rio Grande do Sul. O selo não atesta apenas a qualidade e a origem do produto, mas obriga os produtores a melhorarem seus produtos e processos produtivos (GEBRIM; MUNIZ, 2010; INPI, 2014; SEIBEL, 2006, p.1). Souza (2009) acentua que as IGs são resultado da interação do homem com seu território e a consequência é a valorização da tradição e da origem da produção.

Enfim, diante da relevância que a economia cafeeira representa para o Brasil, das mudanças no comportamento do consumidor que têm criado novas oportunidades para o setor, de a certificação ser uma eficiente ferramenta contra ações oportunistas, contra a assimetria de informação e a ineficiência do mercado, e de o café do Cerrado Goiano apresentar qualidade semelhante à do café da Região do Cerrado Mineiro, o desenvolvimento deste trabalho se justificou. Além de dissertações de mestrado sobre o tema terem revelado o potencial da cafeicultura goiana e a importância dos selos de Indicação Geográfica na promoção e na agregação de valor ao produto.

No Brasil, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) vem apoiando essas ações por intermédio de uma coordenação específica, a Coordenação de Incentivo à Indicação de Produtos Agropecuários (CIG), vinculada ao Departamento de Propriedade Intelectual e Tecnologia da Agropecuária (DEPTA), com o objetivo de se estabelecer um instrumento institu-

cional de desenvolvimento sustentável, de agregação de valor por indicação geográfica, por valorização das diferenças e identidades culturais próprias, da organização da produção, além da inocuidade e qualidade dos produtos agropecuários (MAPA, 2013). No INPI, a certificação por Indicação Geográfica pode ser por IP ou DO; mais acessível, a Indicação de Procedência antecede a DO. Pressupõe-se que a Indicação Geográfica como uma “marca” agregue valor ao produto, diferencie o produto dos demais.

Segundo Almeida (2006), a distintividade da marca serve tanto como proteção ao titular - revelando seu produto - quanto também ao consumidor, que identifica com maior facilidade exatamente aquele produto que pretende adquirir. A certificação por Indicação Geográfica constitui forma de distintividade para um produto, pois o diferencia dos demais e garante ao consumidor a informação sobre sua origem e qualidade. Para o mesmo autor, constituem fatores determinantes do sucesso de uma marca: unicidade, reputação e consistência (no uso) - além de única, quanto menos marcas semelhantes, o consumidor é atraído pelo estereótipo que aquela marca representa, quanto mais a marca for usada, mais essa imagem ficará fixada na sua memória.

A IG tem a característica de dar unicidade ao produto, pois não há como uma região geográfica coexistir em dois lugares no mundo, cada região tem suas próprias características naturais, tais como, clima, hidrografia, solo, entre outras. Sendo assim, o produto produzido em determinada região carregará consigo as características de qualidade predominantes naquela região.

A IG também traz reputação, seja boa ou ruim, aos produtos certificados, pois os consumidores, ao comprarem estes produtos, atribuirão tal decisão ao conhecimento que têm sobre as mercadorias produzidas na determinada região. Além disso, quanto maior a qualidade e a veracidade das informações dos produtos certificados, maior será a consistência em seu uso (MONTEIRO, 2011).

Esta pesquisa teve por objetivo analisar indicadores econômicos para o café do Estado de Goiás e identificar oportunidades para selos de qualidade. Como objetivos específicos têm-se: 1 - caracterizar a produção de café no Estado de

Goiás; 2 - levantar os indicadores econômico-financeiros determinantes da eficiência do mercado cafeeiro; e 3 - analisar o benefício/ custo na produção e identificar cafés de qualidade em Goiás com oportunidade para selos de qualidade.

1.1 - Mapa da Região Produtora de Café em Goiás

Para atender a um dos requisitos fundamentais da IG, que é a definição da área geográfica de produção, construiu-se o mapa (Figura 1) no qual é detalhada a região de produção de café no estado com oportunidades de certificação.

1.2 - Café Histórico do Nordeste de Goiás

O município de Alto Paraíso de Goiás está localizado no Nordeste goiano e, junto com outros quatro municípios, Cavalcante, Teresina de Goiás, Colinas do Sul e São João D'Aliança, faz parte do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros. É uma cidade pequena, com pouco mais de 6.000 habitantes, considerada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) patrimônio natural mundial por apresentar um sistema ecológico rico e típico do cerrado (PREFEITURA, 2011) (Figura 1).

Após surto de febre amarela na região na década passada e conseqüente declínio da economia baseada no ecoturismo, seus moradores investiram na cafeicultura. Campos e Valente (2010) salientam que o café de Alto Paraíso de Goiás possui:

[...] características de sabor, aroma e textura próprios da região e que se enquadrava nos mercados de café orgânico e de origem definida. O café de Alto Paraíso de Goiás é produzido tradicionalmente de forma agroecológica e demonstra ser de uma variedade muito antiga - provavelmente *Typica* ou *Bourbon*. Esse café é produzido com responsabilidade social, já que se encontra especialmente cultivado em propriedades de agricultores familiares, sendo colhido e preparado de forma artesanal e com os cuidados de quem elabora o produto para o consumo de sua própria família (CAMPOS; VALENTE, 2010, p. 25).

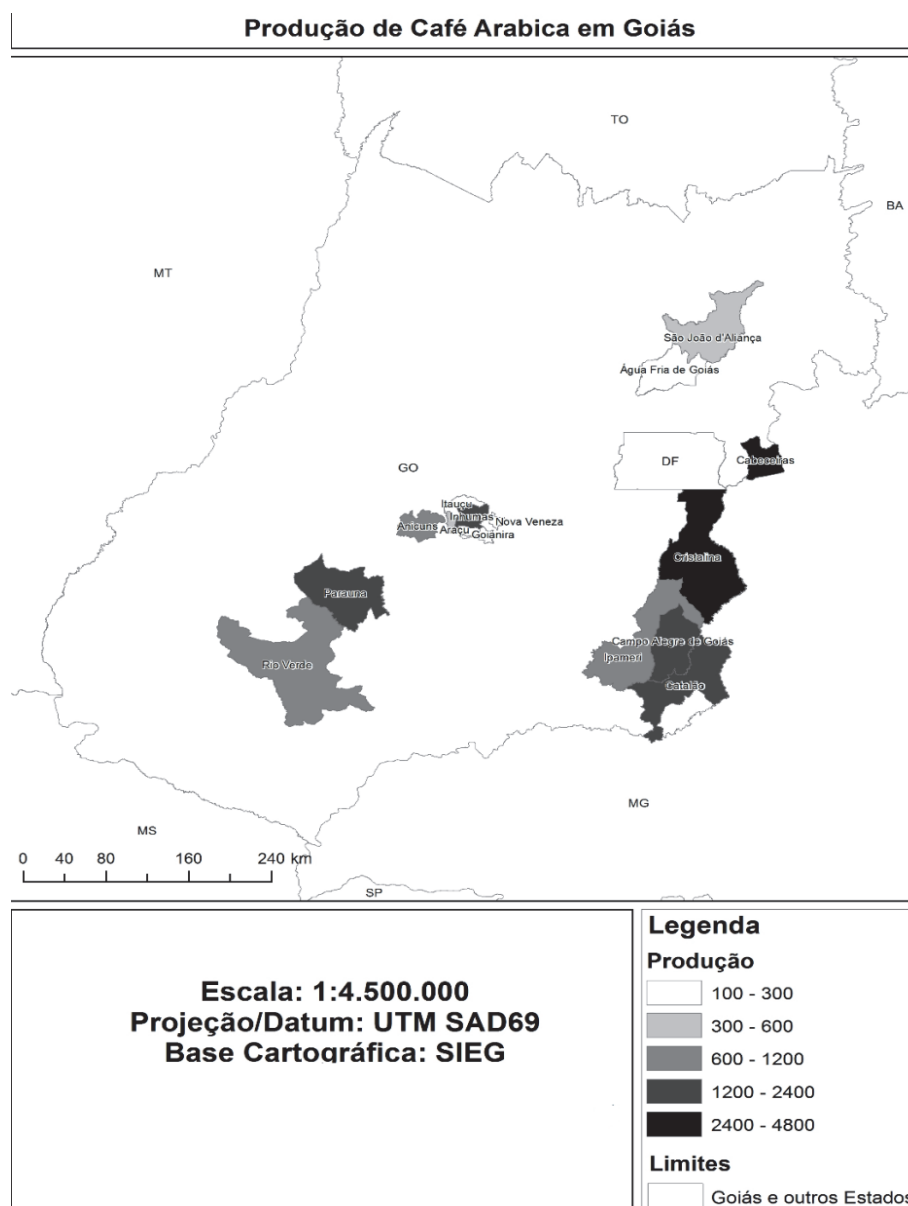


Figura 1 - Delimitação da Produção de Café com Oportunidade de Certificação, Estado de Goiás, 2014.
 Fonte: Elaborada por Mesquita (2014) a partir de dados do IBGE (2014).

Para esses autores, um café tradicional como o cultivado no Nordeste de Goiás há mais de 200 anos, tendo como características a produção familiar e orgânica, e cujos agricultores seguem preceito ecológico e socialmente correto, numa região de ecoturismo, pode abastecer o

[...] nicho de mercado de produtos com certificação de origem que valoriza o produto que é elaborado de forma tradicional em uma determinada região (CAMPOS; VALENTE, 2010, p. 35).

2 - METODOLOGIA

Dados secundários foram levantados através de publicações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), Superintendência de Estatística, Pesquisa e Informação do Estado de Goiás (SEPIN/GO), Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) e da Associação Brasileira da Indústria de Café (ABIC), visando a caracterização da pro-

dução de café no Estado de Goiás.

O estudo dos indicadores econômico-financeiros determinantes da eficiência do mercado cafeeiro analisou diferentes elos da cadeia produtiva - da produção agrícola à indústria. Foram entrevistados três cafeicultores goianos que possuem expressividade do volume de produção e demonstram interesse na certificação de origem. No processamento, realizou-se estudo de caso de uma indústria de torrefação e moagem de café de Goiás (Indústria X) e entrevistas com representantes do Sindicato das Indústrias de Torrefação e Moagem de Café de Goiás (Sincafé/GO) e da Secretaria da Fazenda de Goiás (SEFAZ/GO). Os dados econômico-financeiros compreenderam os anos de 2009 e 2010 atualizados para 2013 com base no Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M) (Tabelas 1 e 2). Utilizou-se a metodologia de Abreu e Perosa (2009). Os custos na distribuição equivalem aos custos de administração e armazenamento.

A análise do benefício/custo na produção de café de qualidade em Goiás foi obtida a partir dos dados colhidos com cafeicultores, correspondentes aos anos de 2009 e 2010 e atualizados para 2013 com base no IGP-M. Utilizou-se a metodologia de Caixeta e Teixeira (2009), que considera os indicadores da tabela 3 e as relações a seguir, sendo *LL* o Lucro Líquido na cafeicultura, *RT* a Receita Total das vendas e *CT* o custo total da produção:

$$\text{Se } LL = RT - CT, \text{ então}$$

$$LL/CT = RT/CT - CT/CT \text{ ou}$$

$$LL/CT = RT/CT - 1, \text{ então,}$$

$RT/CT - 1 > 0$ (relação positiva de benefício sobre custos) implica $RT/CT > 1$.

3 - RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.1. Sistema Agroindustrial do Café em Goiás

Predominam na cafeicultura empresarial goiana os sistemas irrigados (gotejamento e aspersão) de produção diante da deficiência hídrica e das altas temperaturas (BONOMO et al., 2008). Para Assad et al. (2001), são 117 os

municípios aptos à produção de café no estado, que ocupou a 7ª colocação no *ranking* nacional de produção de café em 2011, mantendo-se como primeiro colocado na região Centro-Oeste para os anos de 2011 e 2012, com mais de 65% da produção (SEPIN/GO, 2010; IBGE, 2012). Em 2012, Goiás possuía uma área total de café arábica cultivada de 9.533 hectares e a produção foi de 19.508 toneladas (IBGE, 2013). O estado exportou US\$ FOB 18.472.012 entre café não torrado, não descafeinado e em grão em 2011 (IMB, 2012). As microrregiões que concentram maior área cultivada são: entorno de Brasília, com 35,80% do total; Catalão, com 28,68%; e Anápolis, com 12,60% (ASSAD et al., 2001). Em Goiás, a produtividade da cafeicultura é superior à média nacional. Em 2012, quando a produtividade brasileira correspondeu a cerca de 1.440 kg/ha, a goiana correspondeu a 2.400 kg/ha. Destaque para o município de Cristalina, que apresentou em 2006, 2007 e 2008 média de 3.600 kg/ha (IBGE, 2013).

No estado existem 100 indústrias de processamento de café (23 filiadas ao Sincafé/GO) que processam 14 toneladas de matéria-prima produzidas em Goiás e 13 toneladas adquiridas em outros estados; as vendas somam 23 toneladas e o valor da produção é de R\$53.000,00 (IBGE, 2009). Parte da matéria-prima adquirida é de origem mineira, inclusive da Indicação de Procedência (IP) região do Cerrado Mineiro, fornecida pela Federação dos Cafeicultores do Cerrado. As indústrias exportadoras de café do estado compram cafés especiais para processamento e venda no mercado externo, agregando novos selos de qualidade. Atualmente, 39 marcas de café de torrefadoras goianas estão autorizadas pela ABIC a comercializarem seus produtos, sendo que as 39 marcas são produzidas por 16 unidades torrefadoras (ABIC, 2010).

3.2 - Análise dos Indicadores Financeiros na Cafeicultura, no Processamento e no Varejo

3.2.1 - Custos ao longo da cadeia

Aplicando o modelo de Abreu e Perosa (2009) e considerando dados da pesquisa, preço

TABELA 1 - Custos de Produção da Matéria-prima, no Processamento e na Distribuição do Café, Estado de Goiás, 2013

| Indicador | Equação | Referência |
|--|---|------------|
| Custo da produção da matéria-prima (elo agrícola) | Custo operacional/saca de café verde (R\$/60 kg) | Equação 01 |
| | (+) Custo operacional/kg de café verde (R\$) | |
| | (+) Impostos (R\$) | |
| | (=) Custo total/kg de café verde (R\$) | |
| Custo de processamento (elo indústria) | (+) Torra café (R\$/kg) | Equação 02 |
| | (+) Impostos (R\$) | |
| | (+) Perda de café na torra (%) | |
| | (+) Embalagem alumínio com válvula de 1 kg (R\$) | |
| | (+) Rótulo colante para alumínio (R\$) | |
| | (+) Rótulo colante para embalagem de 5 kg (R\$) | |
| | (+) Reembalagem <i>kraft</i> (R\$) | |
| | (+) Impostos (R\$) | |
| | (+) Frete (R\$) | |
| | (=) Custos do processamento (R\$/kg) | |
| Custo de distribuição (elo distribuição) | (+) Frete distribuição na cidade (R\$) | Equação 03 |
| | (+) Comissão da distribuição (1% do preço de venda) (R\$) | |
| | (+) Impostos (R\$) | |
| | (+) Remuneração do varejo (25% do preço de venda) (R\$) | |
| | (=) Custos de distribuição (R\$/kg) | |

Fonte: Elaborada pelas autoras a partir de dados de Abreu e Perosa (2009).

TABELA 2 - Indicadores Econômico-Financeiros Determinantes da Eficiência do Mercado Cafeeiro, Estado de Goiás, 2013

| Item | Indicador | Equação ¹ | Referência |
|-----------------------------------|--|---|------------|
| Apropriação das margens brutas | Margem Total de Comercialização | $MC = MA + MV$ | Equação 04 |
| | Margem do Atacado | $MA = C_{pt} \div P_v$ | Equação 05 |
| | Margem do Varejo | $MV = C_d \div P_v$ | Equação 06 |
| | Margem ou Parcela Retida na Produção | $MP = 1 - MC$ | Equação 07 |
| Indicador econômico | Margem Líquida na Produção | $ML = P_p - C_{mp}$ | Equação 08 |
| | Margem Líquida Apropriada na Produção | $ML_A = ML \div P_v$ | Equação 09 |
| | Margem Líquida sob Receita | $ML_r = ML \div P_p$ | Equação 10 |
| | Margem Líquida Apropriada no Processamento | $ML_A = \text{Margem apropriada no processamento} \div P_v$ | Equação 11 |
| | Margem Líquida na Distribuição | $ML = R_v - C_d$ | Equação 12 |
| | Margem Líquida Apropriada na Distribuição | $ML_A = ML \div P_v$ | Equação 13 |

¹Margem Total de Comercialização (MC) (%), Margem do Atacado (MA) (%), Margem do Varejo (MV) (%), Custo de processamento e transporte (Cpt) (R\$/kg), Custo de distribuição (Cd), Margem ou Parcela Retida na Produção (MP) (%), Margem Líquida Apropriada (MLA) (%), Custo da matéria-prima (Cmp) (R\$/kg), Margem Líquida sob Receita (MLr) (%), Remuneração de varejo (Rv), Preço pago ao produtor (Pp) (R\$/saca de 60 kg e R\$/kg), preço de atacado (Pa) R\$/kg de café torrado e moído; preço de varejo (Pv) R\$/kg de café torrado e moído. Sendo Pa o somatório do Pp e o valor do beneficiamento (torrefação, preparo e embalagem do café torrado e moído).

Fonte: Elaborada pelas autoras a partir de dados de Abreu e Perosa (2009).

TABELA 3 - Equações de Receita Total e Custo Total do Mercado Cafeeiro, Estado de Goiás, 2013

| Item | Indicador | Equação | Referência |
|-----------------|---------------|---|------------|
| Benefício/custo | Receita Total | $RT = \text{Preço de venda (R\$)} \times \text{volume (sc.)}$ | Equação 14 |
| | Custo Total | $CT (\text{R\$}) = \text{Custo de produção (R\$/sc.)} \times \text{volume (sc.)}$ | Equação 15 |

Fonte: Elaborada pelas autoras a partir de dados de Caixeta e Teixeira (2009).

médio de 2013 da venda de café no varejo a R\$14,55/kg e no atacado a R\$11,64/kg (desconto de 20%), chegou-se aos seguintes custos ao longo da cadeia do café em Goiás (Tabelas 4, 5 e 6).

TABELA 4 - Custos na Produção da Matéria-prima no Mercado Cafeeiro, Estado de Goiás, 2013
(em R\$)

| | |
|---|--------|
| Custo operacional/saca de 60 kg de café verde | 294,31 |
| Custo operacional/kg de café verde | 4,91 |

Fonte: Dados da pesquisa.

TABELA 5 - Custos no Processamento, Torrefação, Embalagem e Transporte no Mercado Cafeeiro, Estado de Goiás, 2013
(em R\$)

| | |
|---|------|
| (+) Torra de café (R\$/kg) | 2,45 |
| (+) Perda de café na torra (%) | 0,97 |
| (+) Embalagem alumínio com válvula de 1 kg | 0,72 |
| (+) Rótulo colante, para alumínio | 0,30 |
| (+) Rótulo colante para embalagem de 5 kg | 0,65 |
| (+) Reembalagem <i>kraft</i> | 0,14 |
| (+) Impostos (ICMS) | 0,41 |
| (+) Frete Rio Verde - Goiânia | 0,20 |
| (=) Custo de processamento e transporte/kg (R\$/kg) | 5,84 |

Fonte: Dados da pesquisa.

TABELA 6 - Custo da Distribuição, Mercado Cafeeiro, Estado de Goiás, 2013

| | |
|---|-------|
| (+) Frete distribuição na cidade (R\$) | 0,05 |
| (+) Comissão da distribuição (R\$) | 0,15 |
| (+) Impostos (ICMS) (R\$) | 0,72 |
| (+) Remuneração do varejo (R\$) | 3,64 |
| (=) Custos de distribuição (elo indústria) (R\$/kg) | 4,55 |
| Custos total do processamento e distribuição (R\$/kg) | 10,40 |

Fonte: Dados da pesquisa.

De acordo com a tabela 4, o custo de produzir 1 kg de café verde em Goiás foi de R\$4,91 em 2013, considerando custos de uma propriedade 100% irrigada e com predomínio de colheita mecânica.

O custo médio de produção de uma saca de 60 kg de café verde no município de Rio Verde, Estado de Goiás, foi determinado em

R\$294,31 no ano de 2013, para uma cultura 100% irrigada. De acordo com Teixeira (2001), em 2000, uma propriedade localizada na Região do Cerrado Mineiro, município de Patrocínio, Estado de Minas Gerais, produziu café verde ao custo médio de R\$116,02 por saca de 60 kg, tendo como características a cultura irrigada e colheita manual e mecânica. A título de comparação dos custos de produção entre os dois estados e considerando que os períodos analisados são diferentes, os custos foram atualizados pelo IGP-M para 2013. Constatou-se que o custo médio de produção no final de 2013 no Estado de Minas Gerais foi de R\$319,65/sc. e de R\$294,31/sc. no Estado de Goiás.

Os custos médios de produção nas propriedades de Patrocínio e Rio Verde foram divididos em três tipos: custos na colheita, na manutenção e fixos. Na propriedade de Patrocínio, Estado de Minas Gerais, os custos na colheita oneraram 40% do custo total de produção, os custos na manutenção 47% e os fixos, apenas 13%. Na propriedade de Rio Verde, Estado de Goiás, os custos na colheita somaram 20%, na manutenção, 61%, e fixos, 19%. As proporções dos custos de colheita, manutenção e fixos, que formam os custos totais das propriedades, são diferentes devido a um conjunto de fatores como: relevo, características de solo e clima, tecnologia e mão de obra empregada, que são diferentes entre os estados avaliados (TEIXEIRA, 2001).

Enquanto a colheita mecânica representou 10% do custo de produção da saca de café e a manual 19% em Patrocínio, em Rio Verde cada uma representou 5% do custo total. Por outro lado, os custos de manutenção em Rio Verde são mais elevados devido ao uso de maior volume de fertilizantes, que corresponderam a 32% do custo total de produção, os defensivos somaram 19%; em Patrocínio, estes mesmos custos corresponderam, respectivamente, a 17% e 18%. Os custos fixos nas duas propriedades não tiveram resultados discrepantes, enquanto em Patrocínio os gastos fixos foram mais altos para manutenção e aquisição de máquinas, em Rio Verde foram destinados para benfeitorias na propriedade. Além dos custos citados, outros compuseram o custo de produção total da saca de café nas propriedades analisadas, como salários, combustível, lubrificante, alimentação dos trabalhadores, entre outros (TEIXEIRA, 2001).

Em média, o grão de café goiano recebeu em 2013, pelo tipo dura, R\$5,86/kg; pelo riada, R\$5,25/kg; pelo verde, R\$5,86/kg; e pelo cereja descascado (CD), R\$6,67/kg. A perda de café na torra representou 20% da saca.

Na tabela 5, o frete calculado se refere ao transporte do café da cidade de Rio Verde, onde está localizada a fazenda produtora, para uma indústria processadora localizada em Goiânia, também no Estado do Goiás, onde o produto final é distribuído. O imposto considerado na tabela foi o ICMS, que em Goiás é de 7% para operações internas. O custo total do beneficiamento do café foi de R\$5,84/kg.

No elo distribuição, tabela 6, o valor do frete equivale à venda do produto industrializado dentro da cidade de Goiânia. A comissão de vendas considerada foi de 1% e a remuneração do varejo 25%, ambos sobre o valor das vendas. O custo da distribuição em Goiânia somou R\$4,55/kg, incluindo a remuneração do varejo. O custo final do café vendido pelo distribuidor (varejo) em Goiânia foi de R\$10,40/kg.

3.3 - Indicadores Econômico-Financeiros

3.3.1 - Apropriação das margens brutas

Para o cálculo dos indicadores financeiros que se seguem, foram utilizados os preços recebidos pelo produtor, varejo e atacado destacados nas tabelas 7 e 8. Os preços corresponderam ao valor médio de 2013.

Em relação à apropriação das margens brutas (Tabela 9), considerando uma indústria que venda café beneficiado tanto no atacado quanto no varejo, a Margem de Comercialização (MC) é de 71%. Isso significa que uma indústria de café, quando atua no beneficiamento e na distribuição do seu próprio produto, agrega valor e, em 2013, o retorno bruto para este tipo de indústria em Goiânia girou em torno de R\$0,71 para cada R\$1,00 recebido na venda, considerando neste caso o preço de varejo de R\$14,55. Uma indústria de café que em 2013 comercializou café apenas no atacado, obteve uma Margem do Atacado (MA) de 40%, ou seja, seu retorno bruto foi de R\$0,40 para cada R\$1,00 vendido. Por outro lado, considerando, por exemplo, um supermercado que em 2013 adquiriu café torrado e moído

da indústria ao preço de atacado, mas que o vendeu no varejo ao preço de R\$14,55, obteve Margem do Varejo (MV) de 31%, ou seja, para cada R\$1,00 de café vendido o distribuidor recebeu R\$0,31.

TABELA 7 - Média de Preço Recebido pelo Produtor por Tipo de Café, Estado de Goiás, 2013

| Tipo de café | Preço pago ao produtor (R\$/kg) |
|-------------------|---------------------------------|
| Dura | 5,86 |
| Riada | 5,25 |
| Cereja descascado | 6,67 |
| Verde | 5,86 |

Fonte: Dados da pesquisa.

TABELA 8 - Preços Recebidos pelo Café Qualidade Industrializado, Estado de Goiás, 2013 (R\$/kg)

| Preço de atacado | Preço de varejo |
|------------------|-----------------|
| 11,64 | 14,55 |

Fonte: Dados da pesquisa.

Ainda de acordo com a tabela 9, a Margem Retida na Produção (MRP) foi de 29%, valor menor que as demais margens, MC, MA e MV. O cafeicultor recebeu R\$0,29 para cada R\$1,00 de café vendido ao preço final de R\$14,55. Pode-se inferir que o elo indústria foi aquele que deteve maior parcela de margem bruta no SAG do café em Goiás, com apropriação de 40% sobre o preço final do produto (varejo), seguido pelo elo distribuição, com 31%, e pelo elo produção, com 29%. Estes dados revelam a discrepância na distribuição de lucros entre os agentes da cadeia, a indústria recebeu 11% mais que o produtor. Conclui-se que em Goiás a desorganização da cadeia torna os processos de certificação mais difíceis e o resultado é a desvalorização do produto.

3.3.2 - Indicadores econômicos

O preço pago ao produtor determinou os resultados econômicos da atividade, para tan-

TABELA 9 - Apropriação das Margens Brutas na Produção de Café, Estado de Goiás, 2013

| Margem de Comercialização | Margem do Atacado | Margem do Varejo | Margem Retida na Produção |
|---------------------------|--------------------|-------------------|---------------------------|
| $MC = MA + MV$ | $MA = Cpt \div Pv$ | $MV = Cd \div Pv$ | $MP = 1 - MC$ |
| 0,71 | 0,40 | 0,31 | 0,29 |

Fonte: Dados da pesquisa.

to, foi encontrada a Margem Líquida na Produção (ML) na venda do café tipo CD de R\$1,76/kg (Tabela 10). A Margem Líquida na Produção para o dura foi de R\$0,95, para o verde, R\$0,95, e para o riada, R\$0,34. Logo, o tipo CD proporcionou ao produtor um ganho líquido de R\$0,81/kg a mais que os tipos dura e verde, inferindo que o mercado pagou ao produtor preço melhor pela qualidade, fato que já havia sido constatado nas entrevistas com os cafeicultores e que foi confirmado nesta pesquisa. Tendo por base o preço de varejo R\$14,55, o produtor obteve 12% de margem líquida quando vendeu o café tipo CD para a indústria; obteve 7% de margem líquida para o verde; 7% para o dura; e 2% de margem líquida na venda do tipo riada. Na quinta coluna da tabela 10 obteve-se a margem líquida sob a receita, a receita corresponde ao preço pago ao produtor por cada tipo de café. Como o produtor recebeu, em 2013, R\$6,67/kg na venda do café tipo CD, sua margem líquida sob receita (MLr) foi de 26%, seguido pelo dura e pelo verde, 16% cada um ao preço de R\$5,86/kg, e pelo riada, 6% ao preço de R\$5,25. Logo, a MLr na produção somou 64%.

Como não foi possível obter uma apropriação detalhada dos custos de processamento, utilizou-se a metodologia de Abreu e Perosa (2009), que considerou a estimativa de 75% do custo da torra do café, sendo equivalente ao valor líquido apropriado pela indústria. Sendo

assim, a MLA no processamento estimada foi de 13%. Ou seja, para cada R\$1,00 do preço de varejo, a margem apropriada da indústria foi R\$0,13 (Tabela 11).

Os indicadores econômicos na distribuição são demonstrados na tabela 12, o elo distribuição obteve retorno líquido (ML) de R\$2,55/kg de café vendido no varejo, o equivalente a 18% do preço de R\$14,55 (MLA).

3.3.3 - Análise de benefício/custo do café de qualidade

A análise de benefício/custo do café de qualidade produzido em Goiás teve início com a comparação dos indicadores entre os tipos CD, dura, verde e riada. De acordo com a tabela 13, a relação benefício/custo é maior para o CD, com receita líquida de 36%, ou seja, para cada R\$1,00 investido na produção o produtor adquiriu R\$1,36 de retorno; para os tipos dura e verde, o cafeicultor obteve retorno de R\$1,19 por R\$1,00 investido; e no caso do riada, o benefício/custo foi de 7%. Pode-se inferir que o benefício/custo de produzir cafés de qualidade tipo CD em Goiás é muito superior ao de se produzir os tipos dura, verde e, principalmente, riada. Na produção do CD, o produtor obteve o maior retorno sobre os custos e o riada, o menor. O elo indústria pagou preços diferenciados pela qualidade do café goiano.

TABELA 10 - Indicadores Econômicos na Produção Cafeeira, Estado de Goiás, 2013

| Tipo de café | Preço pago ao produtor (R\$/kg) | Margem Líquida na produção (%) | Margem Líquida apropriada na produção (%) | Margem Líquida sob receita (%) |
|------------------------|---------------------------------|--------------------------------|---|--------------------------------|
| | | $ML = P_p - C_{mp}$ | $ML_A = ML \div Pv$ | $ML_r = ML \div P_p$ |
| Dura/melhor | 5,86 | 0,95 | 7 | 16 |
| Riada/varreção | 5,25 | 0,34 | 2 | 6 |
| Cereja descascado/mole | 6,67 | 1,76 | 12 | 26 |
| Verde coco | 5,86 | 0,95 | 7 | 16 |

Fonte: Dados da pesquisa.

TABELA 11 - Indicadores Econômicos no Processamento do Café, Estado de Goiás, 2013

| |
|--|
| Margem líquida apropriada no processamento |
| $ML_A = \text{Valor apropriado no processamento} \div P_V$ |
| 13% |

Fonte: Dados da pesquisa.

TABELA 12 - Indicadores Econômicos na Distribuição do Café, Estado de Goiás, 2013

| | |
|--------------------------------|---|
| Margem líquida na distribuição | Margem líquida apropriada na distribuição |
| $ML = R_v - C_d$ | $ML_A = ML \div P_V$ |
| R\$2,55 | 18% |

Fonte: Dados da pesquisa.

TABELA 13 - Análise de Benefício/Custo do Elo Produção por Tipo de Café, Estado de Goiás, 2013

| Tipo de café | Volume (sc.) | Preço na produção (R\$/sc.) | Receita total (R\$) | Custo total (R\$) | Benefício/custo (R\$) | Prêmio (%) (R\$) |
|-------------------|--------------|-----------------------------|---------------------|-------------------|-----------------------|------------------|
| Cereja descascado | 3.400 | 400,02 | 1.360.068,00 | 1.000.654,00 | 1,36 | 36 |
| Dura | 2.550 | 351,60 | 896.580,00 | 750.490,50 | 1,19 | 19 |
| Verde | 1.050 | 351,60 | 369.180,00 | 309.025,50 | 1,19 | 19 |
| Riada | 1.500 | 315,22 | 472.830,00 | 441.465,00 | 1,07 | 7 |

Fonte: Dados da pesquisa.

4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cafeicultura no Estado de Goiás é promissora, se considerados os atributos de produtividade e qualidade dos grãos, característicos da atividade irrigada, e as condições do ambiente dos cerrados. O café do Cerrado Goiano apresentou nos últimos anos as maiores taxas de produtividade, acima da média nacional. O alto nível de desempenho na cafeicultura goiana pode ser explicado, entre outros fatores, pelo uso de tecnologias como: irrigação, mecanização da colheita, corretivos de solo, fertilizantes e fatores climáticos e geográficos favoráveis do Cerrado Goiano, tendo sido comprovada sua alta qualidade de grãos, que o credencia pela unicidade do café dos cerrados.

O custo médio de produção do café verde no Cerrado Goiano ainda é superior ao do produzido na Região do Cerrado Mineiro. Contudo, o mercado nacional, principalmente o mineiro, reconhece a qualidade do grão goiano e paga preço diferenciado pelo produto. Compõem os custos médios de produção em Goiás: custos na colheita (20%), manutenção (61%) e fixos (19%). Os custos na manutenção são compostos principalmente por fertilizantes (32%) e defensivos (19%) do custo total de produção.

O estudo concluiu que o elo indústria é

o que detém maior margem bruta no SAG do café no Estado de Goiás, com apropriação de 40% sobre o preço de varejo, seguido pelo elo distribuição, com 31%, e pelo elo de produção, com 29%, evidenciando a desorganização da cadeia. Sobre o benefício/custo de comercializar café, constatou-se que o produtor obtém renda líquida de 36% para o tipo cereja descascada e de 19% para os tipos dura e verde. O mercado de cafés paga preço diferenciado, por isso investir na atividade para obter maior escala de produção e qualidade do produto é compensado pelo preço recebido na venda. O produtor em Goiás recebeu R\$1,76/kg de Margem Líquida pelo café cereja descascado vendido, enquanto pelos tipos dura e verde, recebeu apenas R\$0,95/kg, ganho líquido de R\$0,81/kg. Os valores poderiam ser maiores ainda se os produtores tivessem acesso às mesmas informações de mercado que as indústrias e distribuidoras do setor. Mesmo que o custo de produção tenha sido maior para o café cereja descascado, o seu prêmio foi de 36%, ou seja, para cada R\$1,00/kg investido o custo representou R\$0,36/kg, enquanto o dura e o verde geraram custo de R\$0,19/kg a cada R\$1,00/kg investido.

Durante a pesquisa, os cafeicultores goianos demonstraram não estar totalmente contentes com o preço pago pelo seu café, mesmo

porque sua origem ainda é bastante desconhecida no mercado nacional e por isso recebem preços mais baixos que cafés de igual qualidade de outras regiões do país. Porém, eles reconhecem que o mercado de cafés especiais é promissor e pretendem continuar investindo na produção do cereja descascado, dura e verde; enquanto recebem R\$315,00/sc. pelo café tipo riada e pelo cereja descascado recebem R\$ 400,20/sc. ou mais. Somando-se a isso as características do solo, clima e infraestrutura da cultura no estado, que apresentam médias acima das nacionais e deixam os produtores em vantagem, em 2012 a produtividade média foi de 2.400 kg/ha, enquanto a nacional correspondeu a 1.440 kg/ha.

É evidente a desorganização da cadeia produtiva do café em Goiás, não existem associações de produtores, os agentes da cadeia não mantêm vínculos, os cafeicultores vendem seus cafés de qualidade para outros mercados que não o goiano, as indústrias do estado importam matéria-prima de outros estados, os elos produtor e indústria têm dificuldades em negociar, os produtores reclamam do preço baixo e a indústria, da qualidade ofertada; além do mais, a indústria não reconhece os incentivos tributários da SEFAZ/GO para o setor. Por outro lado, a cafeicultura em Goiás tem obtido destaques e oportunidades de ampliação de mercado, como o projeto da Universidade Federal de Goiás (UFG) de realizar concurso para consumo interno de cafés de qualidades do próprio estado, possível associação dos produtores da região de Cristalina, Estado de Goiás, que trará benefícios e mais apoio do governo estadual ao setor. Os grãos

goianos são, em parte, exportados e comparáveis à qualidade do café da região do Cerrado Mineiro.

Em geral, os selos de qualidade e de origem, como Região do Cerrado Mineiro, promovem os cafés especiais no mercado, os produtores recebem preços diferenciados e o acesso ao mercado externo se torna mais fácil, o produto é certificado quanto às características sensoriais e à produção sustentável. O foco é o café verde e seu código de conduta se norteia pelas legislações nacionais e internacionais. Soma-se a tudo isso a reputação do café orgânico do nordeste de Goiás, que há mais de 200 anos é cultivado nas pequenas propriedades familiares, com características próprias de produção herdadas dos indígenas e dos escravos, preenchendo um dos condicionantes para aquisição da IG junto ao INPI. O café orgânico do nordeste goiano tem contribuído para o desenvolvimento regional em um momento de crise, com a baixa do turismo no Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros. Em parceria com a Embrapa e outras instituições de poder, os produtores e suas famílias têm diversificado e gerado mais uma fonte de renda. Também participando do projeto da Embrapa, Implementação da Cafeicultura Orgânica e Agroecológica para a Agricultura Familiar da Região de Alto Paraíso de Goiás, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (EPAMIG) tem desempenhado papel importante no desenvolvimento de técnicas de cultivo que se adaptem à região, levando experiências da produção de café orgânico do Estado de Minas Gerais para os goianos.

LITERATURA CITADA

ABREU, L. H. F. de; PEROSA, J. M. Y. Aspectos econômicos e oportunidades no mercado de cafés de qualidade. **Pesquisa Agropecuária Tropical**, Goiânia, v. 39, n. 2, p. 144-150, abr./jun. 2009. Goiânia, GO, Brasil. Disponível em: <<http://www.revistas.ufg.br/index.php/pat/article/viewFile/3868/4780>>. Acesso em: 28 ago. 2009.

ALMEIDA, L. E. S. R. A distintividade como uma função dinâmica da marca: o registro marcário, a degenerescência e o significado secundário. In: SEMINÁRIO NACIONAL DA PROPRIEDADE INTELECTUAL, 26., 2006, Genebra. **Anais...** Genebra: ABPI, 2006.

ASSAD, E. D. et al. Zoneamento agroclimático para a cultura de café (*Coffea arabica* L.) no Estado de Goiás e sudoeste do Estado da Bahia. **Revista Brasileira de Agrometeorologia**, Passo Fundo, v. 9, n. 3, p. 510-518, 2001. (nº especial: zoneamento agrícola). Disponível em: <<http://www.cnpt.embrapa.br/pesquisa/agromet/pdf/revista/cap15.pdf>>. Acesso em: 25 abr. 2010.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DE CAFÉ - ABIC. **Estatísticas**: indicadores da indústria de café no Brasil - 2009. Rio de Janeiro: ABIC. Disponível em: <<http://www.abic.com.br/estatisticas.html>>. Acesso em: 25 abr. 2010.

BONOMO, R. et al. Produtividade de cafeeiros arábica irrigados no cerrado goiano. **Pesquisa Agropecuária Tropical**, Goiânia, v. 38, n. 4, p. 233-240, out./dez. 2008.

CAIXETA, G. Z. T.; TEIXEIRA, S. M. Economicidade e certificação da cafeicultura familiar na Zona da Mata de Minas Gerais. **Pesquisa Agropecuária Tropical**, Goiânia, v. 39, n. 4, p. 1-70, out./dez. 2009. Disponível em: <<http://www.revistas.ufg.br/index.php/pat/article/view/5530/5879>>. Acesso em: 21 jul. 2010.

CAMPOS, J. L.; VALENTE, A. L. E. F. A construção do mercado para o café em Alto Paraíso de Goiás. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, v. 48, n. 01, p. 23-40, jan./mar. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-20032010000100002&script=sci_arttext>. Acesso em: 30 abr. 2011.

CONCEIÇÃO, J. C. P. R. da; BARROS, A. L. M. de. Certificação e rastreabilidade no agronegócio: instrumentos cada vez mais necessários. **Texto para discussão**, Brasília, n. 1122. Brasília, out. 2005. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=4298&catid=309>. Acesso em: 25 jan. 2010.

FELIPE, C. R. de P. **Crescimento, estado sanitário e produtividade de cafeeiros recepadros (*Coffea arabica* L.) sob diferentes espaçamentos e influência do método de secagem na classificação e qualidade da bebida**. 2003. 121 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Agrárias) - Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária, Universidade de Brasília, Brasília, 2003.

GEBRIM, S.; MUNIZ, L. Marcas de qualidade garantem sucesso de produtos agrícolas. **Portal do Ministério da Agricultura**, Brasília, maio 2010. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/>>. Acesso em: 19 maio 2010.

GLOBO RURAL. Consumo e preço impulsionam mercado de cafés especiais: crise que afeta a maioria dos produtores não chega a este mercado. No segmento dos cafés especiais, o consumo só aumenta. **Economia Agronegócios**, Carmo de Minas, jul. 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2013/07/consumo-e-preco-impulsionam-mercado-de-cafes-especiais.html>>. Acesso em: 19 jul. 2013.

HORII, J.; SORATTO, A. N.; VARVAKIS, G. A certificação agregando valor à cachaça do Brasil. **Ciência e Tecnologia de Alimentos**, Campinas, out./dez. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cta/v27n4/02.pdf>>. Acesso em: 25 jan. 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Banco de dados**. Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/prevsaf/default.asp?t=1&z=t&o=26&u1=1&u2=1&u3=1&u4=1>>. Acesso em: 21 out. 2013.

_____. **Censo agropecuário 2006**. Rio de Janeiro: IBGE, 2009. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/default.shtm>>. Acesso em: 5 maio 2010.

_____. **Levantamento sistemático da produção agrícola**. Rio de Janeiro: IBGE, fev. 2012. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/agropecuaria/lspa/lspa_201202.pdf>. Acesso em: 21 out. 2013.

_____. **Sistema IBGE de recuperação automática - SIDRA**. Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 2014.

INSTITUTO MAURO BORGES DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS - IMB. **Banco de dados**. Goiânia: SEGPLAN, 2012, 107 p. Disponível em: <<http://www.seplan.go.gov.br/sepim/>>. Acesso em: 9 out. 2013.

INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL - INPI. **Indicações geográficas reconhecidas**. Rio de Janeiro: INPI. Disponível em: <http://www.inpi.gov.br/images/docs/indicacoes_geograficas_15_10_2013.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2014.

MESQUITA, V. V. **Laboratório de processamento de imagens e geoprocessamento (LAPIG)**. Universidade Federal de Goiás, 2014.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - MAPA. **Café**. Brasília: MAPA. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/vegetal/culturas/cafe/saiba-mais>>. Acesso em: 31 jul. 2013.

MILHOMEM, A. V.; TEIXEIRA, S. M.; MILHOMEM, S. V. Agronegócio do café em Goiás. In: SIMPÓSIO DE PESQUISA DE CAFÉ NO BRASIL, 2., 2001, Vitória. **Anais...** Vitória: Embrapa, 2001.

MONTEIRO, M. P. B. **A viabilidade do registro da indicação geográfica (IG) “Iagoa da Confusão-TO” para as sementes de feijão**. 2011. 62 p. Dissertação (Mestrado em Agronegócio) - Escola de Agronomia e Engenharia de Alimentos, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2011. Disponível em: <http://ppagro.agro.uff.br/uploads/170/original_Disserta%C3%A7%C3%A3o_Mavine_final_2009.pdf>. Acesso em: 9 out. 2013.

NERY, A. L. Mercado de café gourmet cresce 20% ao ano: esse mercado cresce bem acima do mercado de café como um todo, diz Abic. **Economia e negócios**, São Paulo, set. 2007. Disponível em: <http://g1.globo.com/Noticias/Economia_Negocios/0,,MUL103424-9356,00.html>. Acesso em: 15 fev. 2010.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO DE GOIÁS. **A cidade**. Goiás: Prefeitura. Disponível em: <http://www.altoparaiso.go.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=296&Itemid=136>. Acesso em: 30 abr. 2011.

PRESSINOTT, F. Conab confirma produção recorde de café em 2012. **Valor Econômico**, São Paulo, 20 dez. 2012. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/empresas/2947888/conab-confirma-producao-recorde-de-cafe-em-2012>>. Acesso em: 21 out. 2013.

SEIBEL, F. A diferença está na origem: como as certificações que asseguram a procedência da matéria-prima utilizada na produção podem agregar valor aos produtos. **Exame**, São Paulo, maio 2006. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/revista-exame/edicoes/0869/noticias/a-diferenca-esta-na-origem-m0082214>>. Acesso em: 21 fev. 2010.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTATÍSTICA, PESQUISA E INFORMAÇÃO DO ESTADO DE GOIÁS - SEPIN/GO. **Banco de dados**. Goiás: SEPIN/GO. Disponível em: <<http://www.seplan.go.gov.br/sepim/>>. Acesso em: 5 ago. 2010.

SOUZA, M. C. M. de. **Cafés sustentáveis e denominação de origem: a certificação de qualidade na diferenciação de cafés orgânicos, sombreados e solidários**. 2006. 177 p. Tese (Doutorado em Ciência Ambiental) - Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

_____. Formalizando a origem: as indicações geográficas no Brasil. **Análises e Indicadores do Agronegócio**, São Paulo, v. 4, n. 9, p. 1-5, set. 2009. Disponível em: <http://www.iea.sp.gov.br/out/LerTexto.php?cod_Texto=11744>. Acesso em: 9 out. 2013.

TEIXEIRA, S. M. Custos de produção na cafeicultura brasileira. In: SIMPÓSIO DE PESQUISA DOS CAFÉS DO BRASIL, 2., 2001, Vitória. **Anais...** Vitória: Embrapa, 2001. p. 148.

ANÁLISE DE INDICADORES ECONÔMICOS PARA O CAFÉ DO ESTADO DE GOIÁS E OPORTUNIDADES PARA SELOS DE QUALIDADE

Resumo: Esta pesquisa analisou a viabilidade de selos de qualidade para o café do Estado de Goiás, tendo em vista o crescimento de mercado de cafés especiais, a comprovada qualidade em relação ao Cerrado Mineiro e a maior participação do produto na pauta de exportações do estado. Levantaram-se informações a partir de entrevistas com cafeicultores, empresários da indústria cafeeira do estado e órgãos credenciadores: Associação Americana de Cafés Especiais e Associação de Cafés Especiais do Brasil. Dados financeiro-econômicos e condicionantes à certificação foram analisados para discutir gargalos e possibilidades da adequação da cafeicultura e do setor de processamento visando aos selos de qualidade. O estudo constatou que o benefício/custo de comercializar café tipo cereja descascado é de 36% e de 19% para o dura e para o verde. O produtor goiano recebeu R\$1,76 de Margem Líquida pelo quilo de café cereja descascado vendido, enquanto pelos tipos dura e verde recebeu apenas R\$0,95 por quilo. Logo, concluiu-se pela viabilidade de agregar valor ao café cereja descascado, dura e verde para o selo Indicação Geográfica “Café do Cerrado Goiano”.

Palavras-chave: indicação geográfica, agregação de valor, viabilidade da certificação.

ECONOMIC INDICATORS ANALYSIS FOR GOIÁS STATE COFFEE AND QUALITY LABELING OPPORTUNITIES

ABSTRACT: This survey assessed the feasibility of introducing quality labels for the coffee produced in the state of Goiás, based on the expansion of the specialty coffee market, proven quality of product as compared with the Cerrado Mineiro coffee, and its increased participation in the agenda of the State's exports. Information was raised from interviews with farmers, industrialists and the state's accrediting agencies: Specialty Coffee Association of America and Specialty Coffee Association of Brazil. The analysis of financial-economic data and of the constraints to certification allowed discussing bottlenecks and possibilities of adjusting production and processing for quality. The study concluded for a cost benefit of 36% for trading pulped natural and 19% for the hard bean or green types. Growers from Goias received R\$1,76 of net margin for the former and of R\$0,95 for the latter types. Therefore, it is feasible to add value to these types of coffee for the geographical indication label “Goiano Cerrado Coffee”.

Key-words: geographical indication, added value, certification feasibility.

Recebido em 20/08/2012. Liberado para publicação em 21/10/2014.